ACESSIBILIDADE E MERCADO DE TRABALHO: BARREIRAS ENFRENTADAS POR JORNALISTAS ESPORTIVOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

ACCESSIBILITY AND THE LABOR MARKET: BARRIERS FACED BY SPORTS JOURNALISTS WITH PHYSICAL DISABILITIES

Santiago Santos de Oliveira[1]
Diego Luz Santos[2]

RESUMO

O artigo detecta os desafios de uma Pessoa com Deficiência (PcD) até chegar ao mercado de trabalho. Avaliando o processo educacional de uma PcD no Brasil por meio da construção social do estereótipo, especificando condições de acessibilidade nos principais estádios da capital baiana, além de relatar a experiência do pesquisador como repórter estagiário no *Grupo A Tarde*. A metodologia é hipotético-dedutivo e explicativa, fundamentada em revisão bibliográfica sobre Jornalismo, Capacitismo e Educação. Nenhum material sobre experiência de repórter esportivo com deficiência física foi encontrado na internet. Assim, a vivência do autor, que PcD, atrelada aos artigos e livros que tratam do tema de forma ampla, são os norteadores desta pesquisa.

Palavras-chave: Capacitismo; Acessibilidade; Jornalismo Esportivo.

ABSTRACT

This article identifies the challenges faced by a Person with a Disability (PwD) in entering the job market. It evaluates the educational process of a PwD in Brazil, analyzes the social construction of stereotypes, specifies accessibility conditions in the main stadiums of the capital of Bahia, and recounts the researcher's experience as a trainee reporter at Grupo A Tarde. The methodology is hypothetical-deductive and explanatory, based on a literature review on journalism, ableism, and education. No material on the experience of a sports reporter with a physical disability was found online; therefore, the author's own experience—as a PwD—combined with articles and books that address the topic broadly, guides this research.

Keywords: Ableism; Accessibility; Sports Journalism

[1] Discente UNIFTC
[2] Docente REDE UNIFTC

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa destaca as barreiras enfrentadas por jornalistas esportivos com deficiência física, destrinchando acessibilidade e mercado de trabalho, fatores que costumam dificultar a vida destes profissionais. A análise da ausência de repórteres esportivos em eventos na cidade de Salvador, no Estado da Bahia, também foi realizada. Constatou-se que é consequência do processo de construção da sociedade brasileira, visto que, historicamente, Pessoas com Deficiência (PcD) foram excluídas do ambiente escolar, pois a estrutura educacional não atendia as necessidades dos alunos.

Um dos autores utilizados nesse estudo é Mantoan (2003), que critica o modelo tradicional de ensino ao apontar que a escola tende a exigir a adaptação dos alunos às suas normas ao invés de se transformar para atender as diferentes demandas. Este istema contribuiu para a construção da ideia de incapacidade.

Além de avaliar o processo educacional de uma Pessoa com Deficiência no Brasil, este artigo especifica as condições de acessibilidade nos principais estádios da capital baiana, equipamentos que recebem os eventos esportivos mais robustos do estado e relata a experiência de um repórter esportivo com deficiência física em Salvador.

Para isso, o pesquisador, portador de Osteogênese Imperfeita[3], popularmente conhecida como ‘doença dos ossos de vidro’[3], utilizou da própria experiência de três anos como repórter estagiário no *Grupo A Tarde*, da Bahia. A revisão de literatura foi composta por livros, artigos e matérias jornalísticas que tratam de fatores que relatam a temática de maneira mais aprofundada. Além disso, dados de institutos de pesquisa e órgãos federais foram utilizados.

Em se tratando dos procedimentos da pesquisa, o método deste estudo é hipotético-dedutivo, já que não há uma única e absoluta causa para os desafios encontrados por PcD. Desta forma, trata-se de uma pesquisa explicativa. Vale salientar que nenhum material sobre experiência de repórter esportivo com deficiência física foi encontrado na internet. Dessa forma, a vivência do autor — que é PcD e repórter estagiário, atrelado aos artigos, livros, matérias jornalísticas e afins, que tratam do tema de forma ampla, serão os norteadores deste trabalho.

[3] CID-10 pelo código Q78.0.

O debate em torno da desconstrução do estereótipo criado sobre as Pessoas com Deficiência interessa diretamente a milhões de brasileiros que vivenciam os impactos do capacitismo — preconceito que consiste em julgar pessoas com deficiência como inferiores ou incapacitadas. De acordo com dados mais recentes do Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[4][4], o Brasil possui cerca de 14,4 milhões de pessoas com deficiência, o que corresponde a 7,3% da população com dois anos ou mais.

Desta forma, buscou-se embasamento em estudos e autores que apresentassem caminhos para combater os agentes causadores das dificuldades encontradas por esta comunidade ao tentar se encaixar no contexto social e corporativo. A solução não foi encontrada, mas foram constatadas ações que podem começar a derrubar essas barreiras construídas ao longo da formação da sociedade contemporânea. São elas: entender as terminologias corretas e validadas por órgãos oficiais do governo e pela Organização das Nações Unidas (ONU); conscientizar sobre a construção profissional e pessoal de uma Pessoa com Deficiência; melhorar o acesso de crianças e jovens com deficiência à Educação Básica, Média e Superior e aumentar fiscalização em torno de leis federais que contribuem no processo de inclusão destes profissionais no mercado de trabalho.

Diante desse cenário, torna-se fundamental ampliar o olhar sobre a presença e a atuação de profissionais com deficiência no Jornalismo, especialmente em áreas que historicamente exigem mobilidade, presença constante em campo e interação direta com diferentes ambientes sociais, como é o caso da cobertura esportiva. Ao investigar essa realidade a partir de uma perspectiva histórica, social e profissional, este trabalho busca não apenas evidenciar as barreiras ainda existentes, mas também provocar reflexões sobre as transformações necessárias para tornar o exercício da profissão mais acessível, justo e representativo.

[4] IBGE. **Censo Demográfico 2022:** Pessoas com deficiência e pessoas diagnosticadas com transtorno do espectro autista. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

CAPACITISMO E CONSTRUÇÃO SOCIAL DO ESTEREÓTIPO

Entender as terminologias corretas e validadas por órgãos oficiais do governo e pela Organização das Nações Unidas (ONU) é essencial para a desconstrução da invisibilidade das Pessoas com Deficiência em espaços acadêmicos e corporativos.

A importância deste conhecimento, que está atrelado à educação, é primordial para quebrar parte do capacitismo presente no dia a dia. O artigo 1º da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência estabelece:

> Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (MANUAL DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2021, p. 5).

Esse conceito foi adotado pela Lei Federal nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e pela Resolução n.º 230/2016 do Conselho Nacional de Justiça. Em outras palavras, PcD são como quaisquer outras, com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades, que lutam por seus direitos, valorizam o respeito pela dignidade, pela autonomia individual, pela igualdade de oportunidades, pela plena e efetiva participação e inclusão na sociedade, evidenciando que a deficiência é apenas mais uma característica da condição humana.

Numa breve retrospectiva, vale lembrar que apenas no século XX as Pessoas com Deficiência deixaram de serem vistas como incapazes de aprender, o que era motivo de proibir a presença deste grupo de pessoas em ambientes escolares, como destaca Costa *et al.* (2016). Vale ressaltar que a primeira iniciativa do governo brasileiro de garantir que Pessoas com Deficiência frequentassem escolas regulares foi por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1961.

Apesar das adversidades, houve avanços importantes no que diz respeito aos direitos básicos direcionados às Pessoas com Deficiência. Uma das principais ocorreu em 1994, na Convenção em Salamanca, na Espanha, quando Brasil, mais 92 governos e 25 organizações internacionais assinaram

a declaração que tinha como fundamento o “dever das escolas de acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (BRASIL, 1997, p. 17).

No entanto, grande parte das 178,5 mil escolas de educação básica no país, de acordo com dados do Censo Escolar de 2023, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), ainda não possuem condições adequadas de acessibilidade, evidenciando limitações estruturais para o atendimento de pessoas com deficiência. Dito isto, esse cenário impede o cumprimento pleno da LDBEN e diversas outras leis que buscam propor condições igualitárias a toda sociedade.

> Pode-se dizer que a relação entre a educação inclusiva e a inclusão laboral é estreita. A educação inclusiva permite, desde a infância, o convívio entre as pessoas com deficiência e as demais. Isto restringe o preconceito e a discriminação e favorece a inclusão. A educação inclusiva também estimula as pessoas com deficiência a lidar com outros indivíduos, aprimorando a relação que ela estabelecerá com a sociedade (NEVES *et al.*, 2014, p.4).

Ou seja, a Educação é, como sempre, uma das principais agentes solucionadoras de mais esse dilema enraizado na sociedade brasileira. Com base no autor, a convivência de pessoas com e sem deficiência desde a infância não apenas contribui com o desenvolvimento intelectual da criança, como também a faz enxergar o mundo como deve ser: sem pré-julgamentos.

O PAPEL SOCIAL DA MÍDIA PARA DESCONSTRUÇÃO DO CAPACITISMO

Torna-se imprescindível a participação de meios de comunicação, de qualquer formato, influenciando diariamente as pessoas com ensinamentos de respeito ao próximo e reafirmando o papel social da mídia. Segundo Traquina (2005, p. 26), jornalistas são participantes ativos na definição e na construção das notícias, e, por consequência, na construção da realidade. Portanto, nada melhor do que a propagação dos bons modos para que as minorias deixem de ser apenas um dispositivo simbólico da luta contra-hegemônica, como diz Sodré (2005), e passem a ser recurso regular dos empregadores brasileiros.

A representatividade das Pessoas com Deficiência nos meios de comunicação exerce influência direta na forma como a sociedade compreende a deficiência e constrói suas percepções sobre capacidade, autonomia e pertencimento social. Stuart Hall (2016) defende que a representação é responsável pela produção de sentidos na cultura, fazendo com que a mídia tenha participação ativa na construção das identidades sociais. Dessa forma, quando profissionais com deficiência passam a ocupar espaços de visibilidade na televisão, no jornalismo e no entretenimento, ocorre um rompimento gradual com estereótipos historicamente associados à limitação e à incapacidade. A presença dessas pessoas em posições de destaque contribui para naturalizar a inclusão e fortalecer o entendimento de que a deficiência não reduz competências profissionais ou intelectuais.

Além disso, o papel social da comunicação também pode ser compreendido a partir das reflexões de Paulo Freire sobre transformação social e conscientização. Para Freire (1996, p. 25), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Embora a afirmação esteja inserida no contexto educacional, ela também dialoga com a função exercida pela mídia, especialmente quando os veículos de comunicação promovem debates sociais capazes de estimular senso crítico e inclusão.

Nesse cenário, a ausência ou a baixa presença de jornalistas com deficiência física nos meios esportivos reforça barreiras simbólicas que dificultam a inclusão profissional dessa parcela da população. Hall (2016) afirma que os processos de representação influenciam diretamente aquilo que a sociedade considera normal ou aceitável, fazendo com que determinados grupos permaneçam invisibilizados socialmente.

Fernando Fernandes, ex-*BBB* e apresentador, paraplégico desde 2009 devido a um acidente de carro, é um exemplo de superação e, também, agente fundamental no papel social executado pela *TV Globo*, já que ele apresentou os programas *No Limite, Esporte Espetacular* e, em meio a essas experiências, se envolveu em aventuras que, provavelmente, muitas pessoas com deficiência — ou até sem — poderiam enxergar como impossível. Presente na maior emissora do país, Fernandes contou ao *Fantástico* como convive com o preconceito.

Acho que o preconceito ou o pré-conceito existem na mente de todo mundo, né? Vamos passar por isso, qualquer pessoa. Mas o que eu aprendi, na minha vida, é que eu não sou o que imaginam, o que visualizam que eu sou. Eu sou um espelho: na verdade, o que essa pessoa pensa de mim é o que ela é e não o que eu sou. Aprendi a lidar com isso muito bem (FERNANDES, 2022)[5].

O conhecimento leva ao respeito e o respeito transforma a vida de uma Pessoa com Deficiência. Por mais que o pensamento do outro não deva modelar a maneira de como se enxerga o mundo, saber que as pessoas encaram determinada situação e/ou condição de maneira natural faz com que uma simples função do cotidiano seja executada com paz.

JORNALISMO, CAPACITISMO E REPRESENTATIVIDADE: CAMINHOS PARA INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

É importante entender a jornada que foi realizada até este momento, identificando o capacitismo — preconceito que consiste em julgar Pessoas com Deficiência como inferiores ou incapacitadas —, como um dos principais agentes causadores da exclusão de pessoas com necessidades especiais de alguns setores da sociedade.

Faz-se necessário apontar a importância de Organizações Não Governamentais (ONGs) e instituições que trabalham em prol da comunidade, atuando nas ruas, humanizando e materializando toda teoria e campanha para aqueles que precisam de representatividade.

Durante coberturas futebolísticas realizadas na Casa de Apostas Arena Fonte Nova, equipamento do Governo do Estado da Bahia, explorado com mais frequência pelo Esporte Clube Bahia, e no Estádio Manoel Barradas, do Esporte Clube Vitória, o pesquisador não identificou, além dele mesmo, nenhum portador de necessidades especiais dividindo a área destinada à Imprensa.

O ‘eu’ em construção, desprovido de seus modelos tradicionais,

[5] Entrevista concedida ao *Fantástico* em 23/02/2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=u3z-GSTY9io&t=2s. Acesso em 1 out.2025.

> encontra- se, então, face a um discurso midiático onipresente e intermediador dos diferentes campos do saber e das formas de experienciar a realidade – o novo guia para saber como melhor viver e se portar no mundo, calcado, entre outros dispositivos, nos exemplos de quem compartilha sua intimidade (ROCHA, 2007, p. 62).

O estudo descreve como foram as experiências do pesquisador com apoio do veículo de comunicação que trabalha, a Empresa Editora A Tarde S.A, que permitiu a realização de todos os deslocamentos para as pautas que se propôs a ir, além de deixá-lo decidir sobre a participação coberturas *in loco* sugeridas por editores ou por iniciativa própria.

Quanto às condições de acessibilidade dos locais em que eram realizados os eventos, cujos nomes já foram citados anteriormente, tiveram sim condições de atendê-lo. Na perspectiva do pesquisador, em relação ao tratamento recebido de todos os envolvidos nas pautas — tanto colegas da imprensa, quanto profissionais das organizações —, foi de muita cordialidade e gentileza. E como não pode faltar, na execução de suas funções, foi entregue o que era esperado em todas as ocasiões.

Rafael Tiago Santos, coordenador do Núcleo Digital do *Grupo A TARDE*, destacou parte da atuação do pesquisador ao longo do seu período de estágio.

No Grupo *A TARDE*, vivenciamos diariamente como a pluralidade de perspectivas enriquece a redação e qualifica a informação que chega ao público. Um exemplo vivo desse impacto é a trajetória do Santiago Oliveira, que está conosco há mais de dois anos como estagiário de esportes do *Portal Massa*! (SANTOS, 2026).[6]

A evolução durante a trajetória também foi ressaltada por Rafael, o qual ressaltou a habilidade de trabalhar em equipe:

> Santiago demonstrou uma dedicação exemplar e trabalhou com muito afinco, apresentando uma evolução fantástica na qualidade dos seus textos e no rigor de sua apuração. Ele possui uma integração fantástica com toda a equipe e uma postura proativa que inspira a redação (SANTOS, 2026).

Vale destacar, que é garantido pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, às Pessoas com Deficiência, o direito de ir e vir. Inclusive, a Lei também prevê

[6] Entrevista concedida ao pesquisador em 25/05/2026.

a adequação de vias e espaços públicos; mobiliário urbano; construção e reforma de edifícios; meios de transporte e de comunicação; além do acesso à informação.

No entanto, para que qualquer ser humano consiga identificar, processar e compreender qualquer tipo de lei e/ou outra informação, é preciso aprender o básico. Contudo, tratando-se de Pessoas com Deficiência, o enredo da escolarização diverge da maioria das Pessoas sem Deficiência e a história precisa, ao menos, ser minimamente revisitada, para compreensão das consequências da contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu compreender que as barreiras enfrentadas por Pessoas com Deficiência no mercado de trabalho são resultado de um processo histórico de exclusão social, educacional e profissional, que ainda produz impactos diretos na contemporaneidade. Ao longo do estudo, foi possível identificar que o capacitismo continua presente em diferentes setores da sociedade, inclusive no jornalismo esportivo, área em que a presença de profissionais com deficiência física ainda ocorre de maneira limitada. Nesse contexto, a análise realizada demonstrou que as dificuldades encontradas por esses profissionais vão além das limitações estruturais, envolvendo também fatores culturais, simbólicos e sociais construídos historicamente.

A pesquisa também evidenciou a importância da educação inclusiva, da acessibilidade e da representatividade midiática como mecanismos fundamentais para a desconstrução de estereótipos relacionados à deficiência. Além disso, a atuação de organizações sociais, a existência de legislações específicas e a ampliação do debate público sobre inclusão demonstram avanços importantes na luta por igualdade de oportunidades, embora ainda existam desafios significativos para que esses direitos sejam plenamente efetivados.

Por meio da experiência prática relatada pelo pesquisador, foi possível perceber que a inclusão de profissionais com deficiência no jornalismo esportivo é viável e necessária, desde que existam condições adequadas de acessibilidade, respeito e oportunidades. Dessa forma, a construção de

ambientes profissionais mais inclusivos depende não apenas do cumprimento de leis, mas também da transformação da maneira como a sociedade enxerga a deficiência. Portanto, discutir acessibilidade, inclusão e capacitismo no jornalismo esportivo representa não apenas uma reflexão sobre mercado de trabalho, mas também sobre cidadania, representatividade e direitos humanos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1997.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

CONSELHO Nacional de Justiça. **Resolução nº 230, de 22 de junho de 2016.** Brasília, DF: CNJ, 2016.

CORREIO 24 HORAS (2022). **Desemprego entre pessoas com deficiência na Bahia é o maior do país.** Salvador, 22 de setembro de 2022. Disponível em: https://www.correio24horas.com.br/economia/empregos/desemprego-entre-pessoas-com-deficiencia-na-bahia-e-o-maior-do-pais—0922. Acesso em 5 out.2025.

COSTA, Vanderlei Balbino da. *et al*. **Educação inclusiva e socialização da pessoa com deficiência.** Curitiba: InterSaberes, 2016.

DIÁRIOPCD. **Salvador terá Parada do Orgulho de Pessoas com Deficiência no Farol da Barra.** Disponível em: https://diariopcd.com.br/2024/01/10/salvador-tera-parada-do-orgulho-de-pessoas-com-deficiencia-no-farol-da-barra/. Acesso em: 13 out.2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HALL, Stuart. **Cultura e representação.** Rio de Janeiro: PUC-Rio: Apicuri, 2016.

IBGE. **Censo Demográfico 2022:** Pessoas com deficiência e pessoas diagnosticadas com transtorno do espectro autista. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2023:** resumo técnico. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANUAL de Inclusão da Pessoa com Deficiência. São Paulo: Instituto Mara Gabrilli, 2021.

NEVES-SILVA, Priscila *et al.* **Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em Belo Horizonte, Brasil:** cenário e perspectiva. Ciência & Saúde Coletiva, v. 20, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/Mmjpyg5Ks9BPNtStrwCzChR/?lang=pt. Acesso em: 05 mai.2026.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. ONU, 1948. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf. Acesso em: 06 ago. 2025.

ROCHA, Rose de Melo. **Representações do consumo:** estudos sobre a narrativa publicitária. São Paulo: PUC-SP, 2007.

ROCHA, Flávia; DIAS, Kathiane Francelina; ZAMBONI, Natália (2021). **Jornalistas com deficiência no mercado de trabalho**. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/72fc0562-0c39-4549-a8bb-4cce95cc86bb. Acesso em: 2 abr.2026.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SILVA, Sarah Gomes; CARRILO, Lislei do Carmo Tavares; TORREGLOSSA, Silvia Terezinha. **Jornalistas com deficiência física no mercado de trabalho:** a invisibilidade no ambiente corporativo. Disponível em: https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/63537/1/Jornalista%20com%20def iciencia%20f%C3%ADsica%20-%20artigo.pdf. Acesso em 15 out.2025.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

TALENTO INCLUIR. **Guia do Jornalismo Inclusivo.** São Paulo: Pitchcom Comunicação, 2019. Disponível em: https://talentoincluir.com.br/downloads/. Acesso em: 26 jun. 2025.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo:** porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.